

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	35
<b>2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO</b> .....	39
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária .....	39
2.2. Importância da mineração .....	50
2.3. Peculiaridades da mineração .....	54
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos .....	56
2.3.2. Pressupostos econômicos .....	62
2.3.3. Pressupostos jurídicos .....	65
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (APPS) e em mata atlântica .....	67
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário ....	72
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios .....	77
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados .....	81
2.5.3. Princípio do interesse nacional .....	86
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral .....	89
2.5.5. Princípio do resultado global .....	90

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado .....	92
2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários .....	93
<b>3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA .....</b>	<b>95</b>
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária .....	96
3.2. Mineração na Constituição Brasileira de 1988	105
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público .....	105
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176) .....	111
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração .....	120
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória .....	122
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos .....	130
3.4. Estatalidade e recursos minerais .....	138
3.5. Política mineral .....	140
<b>4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA .....</b>	<b>143</b>
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração .....	147
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação .....	152
4.3. Regulação minerária no Brasil .....	156

4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária .....	157
4.3.1.1. Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração .....	158
4.3.1.1.1. Origem e estrutura do DNPM .....	158
4.3.1.1.2. Perfil das agências reguladoras no Brasil .....	161
4.3.1.2. Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM .....	166
4.3.2. Mineração brasileira e desenvolvimento .....	175
4.3.2.1. CFEM: Natureza jurídica, fato gerador, base de cálculo e alíquotas .....	176
4.3.2.2. Distribuição e aplicação da CFEM .....	181
<b>5. REGIMES MINERÁRIOS .....</b>	<b>191</b>
5.1. Aspectos gerais .....	191
5.1.1. Minas manifestadas .....	194
5.1.2. Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração .....	196
5.1.3. Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade e procedimento de disponibilidade .....	198
5.1.4. Sigiliosidade .....	206
5.2. Regime de autorização .....	212
5.2.1. Aspectos gerais e descrição da pesquisa .....	212
5.2.2. Competência e legitimidade .....	216

5.2.3. Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda .....	217
5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa .....	226
5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização .....	229
5.2.6. Natureza jurídica .....	232
5.3. Regime de concessão .....	235
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade .....	235
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral .....	237
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos .....	243
5.3.4. Natureza jurídica .....	247
5.4. Regime de licenciamento .....	248
5.4.1. Aspectos gerais e competência .....	248
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento .....	252
5.4.3. Mineração em leito de rio .....	254
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira .....	256
5.6. Regime de registro de extração .....	258
5.7. Responsabilidade criminal .....	261
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração .....	270
5.9. Bloqueio minerário .....	273
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral .....	278
5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários .....	282

---

5.12. Aprovação tácita dos atos públicos de liberação das atividades econômicas sob competência da ANM .....	286
5.13. Grupamento Mineiro .....	288
5.14. Englobamento de Áreas .....	291
5.15. Desmembramento de áreas de concessão de lavra .....	292
5.16. Desmembramento de limite de jazida em profundidade por superfície horizontal .....	293
5.17. Consórcio de Mineração .....	296
5.18. Arrendamento de direitos minerários .....	299
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>303</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>307</b>